

Novos professores destacam problemas enfrentados nas universidades

Os docentes que ingressaram recentemente nas universidades, sobretudo a partir da expansão do Reuni, e que estiveram no 30º Congresso do Andes-SN, destacaram a precarização do trabalho docente, o assédio moral e problemas oriundos do processo de expansão como as principais questões enfrentadas por eles nas universidades. As reuniões realizadas pelos novos professores durante o Congresso deram origem a uma carta de recomendações que deve ser apresentada nas plenárias das seções sindicais como forma de fortalecer e efetivar a participação dos docentes recém-ingressantes.

Os principais relatos dos novos professores foram em relação a casos de assédio moral. Um docente que quis manter seu nome preservado relatou que ministrou, por mais de um período, disciplinas sem relação direta com sua área de formação e pesquisa devido à pressão do chefe de departamento. “Quando relutei em ministrar

uma disciplina que não tinha relação com o que eu lecionava, ele dizia que quem está no estágio probatório não tem o direito de escolher disciplinas, dá aulas do que o departamento precisar”, desabafou o docente.

O autoritarismo também é identificado como outro problema para os novos professores. “A reitora da minha universidade chegou a emitir uma medida proibindo os professores de saírem do município sem comunicá-la, o que acabou sendo derrubado pela luta da categoria”, salientou um professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

Infraestrutura inadequada prejudica trabalho docente. As condições de infraestrutura dos campi das universidades também estão entre os principais pontos de dificuldade para os novos professores. Durante as reuniões no 30º Congresso do Andes-SN, os docentes recém-admitidos relataram as condições precárias de trabalho, como aulas em contêineres sem ventilação e super-



Foto: Comunicação Adufes

Professores que ingressaram recentemente nas universidades debatem seus problemas no 30º Congresso do Andes -SN

lotados. Segundo uma professora que optou por não se identificar, vários alunos adoeceram no ano passado devido às precárias condições em que foram lecionadas as aulas. “Durante o verão, é impossível chegarmos até o final das aulas, o que prejudica o andamento das disciplinas, além de causar problemas de saúde nos alunos e nos professores”, destacou a docente.

Na Ufes, também há casos de problemas com espaço físico. Para o professor que ingressou recentemente no Departamento de Administração, Marcos Paulo Valadares, as principais dificuldades encontradas por ele são referentes à infraestrutura. “Na sala dos professores onde fico há mais de quatro docentes, sendo que deveria ter dois professores apenas”, destacou. Ele disse ainda que, para fazer atendimentos aos alunos, ele tem que procurar outros espaços. “Quando os alunos necessitam de orientação, procuramos o centro de vivência, uma cantina ou uma sala que

esteja disponível. Não tenho um espaço fixo que possa receber os alunos com qualidade”, relatou Marcos.

Para o professor do Departamento de Ciências Matemáticas e Naturais, Raphael Furtado, os problemas com a infraestrutura também se repetem no campus de São Mateus, norte do Estado. “A internet é algo que mal podemos contar porque um dia funciona, o outro não. Além disso, temos apenas duas linhas telefônicas que funcionam no corredor, sem ramais. Tudo isso gera um acúmulo de tarefas para serem realizadas em casa”, salientou Raphael. O docente também destacou como problemas a falta de segurança, principalmente para os cursos noturnos, a falta de ventilação nas salas de aula e espaço físico insuficiente para os professores que ingressarão no próximo semestre. “Todos esses fatores comprometem o andamento das aulas e a saúde de docentes e alunos”, disse.



Foto: Comunicação Adufes

Salas de aulas lotadas denunciam estrutura precária das universidades

Docentes destacam necessidade de maior aproximação com o sindicato

Diante dessas questões problemáticas, é uma necessidade a aproximação dos novos professores com o sindicato da categoria. “Encontramos na universidade uma série de dificuldades que ainda não sabemos como lidar. Precisamos discutir as questões referentes à nossa categoria de forma coletiva e por isso o sindicato deve organizar formações

voltadas para os professores recém-contratados”, defendeu o professor da Universidade Estadual Paulista, Fábio Ocada.

A presidente do Andes-SN, Marina Barbosa, saudou a iniciativa de organização dos novos docentes no Sindicato e no Congresso. “Vivemos um momento que exige muito do nosso sindicato, seja porque

sofremos vários ataques do governo, seja pela realidade de profundas alterações no trabalho docente e no processo de mobilização da categoria. Por isso, é fundamental a participação ativa dos novos professores”, destacou Marina. A presidente do Andes-SN conclamou os novos docentes a se incorporarem às lutas do sindicato.

Foi encaminhada, na última reunião dos novos professores no 30º Congresso Andes-SN, uma carta de recomendações que deve ser apresentada pelos delegados e professores contratados na expansão do Reuni nas assembleias das seções sindicais com o intuito de efetivar a participação dos professores recém-ingressos na luta docente.

Projeto de Carreira do Andes-SN valoriza docentes

Dia Internacional da Mulher é comemorado com atividades

Ponto de Encontro dá boas vindas aos docentes

Andes-SN unifica projeto de Carreira Docente de Professor Federal

No 30º Congresso do Andes-SN, que aconteceu em Uberlândia (MG), de 14 a 20 de fevereiro, foi aprovado por unanimidade o Projeto de reestruturação de Carreira Docente das Instituições Federais de Ensino. O mote do Projeto de Lei do Andes-SN é a valorização do trabalho docente em todos os níveis nas universidades, colégios e instituições federais de ensino. Outro ponto é a defesa em torno do Plano Único de Classificação e Retribuição de cargos e Empregos (PUCRCE), conquistados pelos docentes em 1987. O projeto também prevê o restabelecimento da isonomia por meio de remuneração única, que agrega o diferencial de titulação e de regime de trabalho em uma linha só no contracheque, eliminando todas as gratificações. A parcela única compreenderia a combinação do nível, do regime de trabalho e da titulação do professor.

A Carreira do Professor Federal restabelece também a paridade dos docentes da ativa com os aposentados e pensionistas, ao garantir que cada docente dessa parcela da categoria seja reequilibrado no mesmo patamar em que estava quando se deu a aposentadoria, garantidos todos os direitos.

O projeto proposto pelo Andes-SN

fixa uma estrutura de carreira dividida em 13 níveis, com degraus de 5% na referência salarial a serem cumpridos a cada dois anos, o que permite que o professor atinja o topo da carreira em 25 anos. Desse modo, o modelo respeita o direito da professora mulher da educação básica de se aposentar após 25 anos de trabalho, como prevê a legislação, sem prejuízo de seu desenvolvimento na carreira. O PL também mantém em 3,1 vezes a diferença salarial entre o início e o topo da carreira, o que significa uma margem equilibrada de renda entre os que estão na base da categoria.

Titulação e regime de trabalho.

No documento que será protocolado pelo Andes-SN, será reafirmada a isonomia salarial, em valor integral correspondente em cada posição na carreira, o que implica a incorporação das gratificações. Por essa proposta, o docente permanece recebendo percentuais remuneratórios em função do tipo de regime de trabalho. Para os docentes que estiverem no regime de 40 horas semanais, há direito a 100% de acréscimo; e os de regime de dedicação exclusiva, 210% sobre o valor de referência da jornada de 20 horas semanais. Confira as tabelas de carreira pelo Projeto do Andes-SN.

Tabelas: Adufrj

REGIME DE 20 HORAS (PISO 01/06/2010)						
Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	3.756,93	4.038,70	4.433,18	5.165,78	6.574,63
	12	3.578,03	3.846,38	4.222,08	4.919,79	6.261,55
	11	3.407,65	3.663,22	4.021,02	4.685,52	5.963,38
	10	3.245,38	3.488,78	3.829,55	4.462,40	5.679,41
	9	3.090,84	3.322,65	3.647,19	4.249,90	5.408,96
	8	2.943,65	3.164,43	3.473,51	4.047,52	5.151,39
	7	2.803,48	3.013,74	3.308,11	3.854,79	4.906,09
	6	2.669,98	2.870,23	3.150,58	3.671,22	4.672,47
	5	2.542,84	2.733,55	3.000,55	3.496,40	4.449,97
	4	2.421,75	2.603,38	2.857,67	3.329,91	4.238,07
	3	2.306,43	2.479,41	2.721,59	3.171,34	4.036,25
	2	2.196,60	2.361,35	2.591,99	3.020,33	3.844,05
	1	2.092,00	2.248,90	2.468,56	2.876,50	3.661,00

REGIME 40 HORAS						
Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	7.513,86	8.077,40	8.866,36	10.331,56	13.149,26
	12	7.156,06	7.692,76	8.444,15	9.839,58	12.523,10
	11	6.815,30	7.326,44	8.042,05	9.371,03	11.926,77
	10	6.490,76	6.977,56	7.659,09	8.924,79	11.358,83
	9	6.181,67	6.645,30	7.294,37	8.499,80	10.817,93
	8	5.887,31	6.328,86	6.947,02	8.095,05	10.302,79
	7	5.606,96	6.027,48	6.616,21	7.709,57	9.812,18
	6	5.339,96	5.740,46	6.301,16	7.342,45	9.344,93
	5	5.085,68	5.467,10	6.001,10	6.992,81	8.899,94
	4	4.843,50	5.206,77	5.715,33	6.659,82	8.476,13
	3	4.612,86	4.958,82	5.443,17	6.342,68	8.072,51
	2	4.393,20	4.722,69	5.183,98	6.040,65	7.688,10
	1	4.184,00	4.497,80	4.937,12	5.753,00	7.322,00

REGIME DE 40 HORAS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA						
Carreira	Nível	Graduado	Aperfeiçoamento	Especialista	Mestrado	Doutorado
Professor Federal	13	11.646,49	12.519,97	13.742,86	16.013,92	20.381,35
	12	11.091,89	11.923,78	13.088,43	15.251,35	19.410,81
	11	10.563,71	11.355,99	12.465,17	14.525,10	18.486,49
	10	10.060,67	10.815,22	11.871,60	13.833,43	17.606,18
	9	9.581,59	10.300,21	11.306,28	13.174,69	16.767,79
	8	9.125,33	9.809,73	10.767,89	12.547,33	15.969,32
	7	8.690,79	9.342,60	10.255,13	11.949,83	15.208,88
	6	8.276,94	8.897,71	9.766,79	11.380,79	14.484,65
	5	7.882,80	8.474,01	9.301,71	10.838,85	13.794,90
	4	7.507,43	8.070,49	8.858,77	10.322,72	13.138,00
	3	7.149,93	7.686,18	8.436,92	9.831,16	12.512,38
	2	6.809,46	7.320,17	8.035,16	9.363,01	11.916,56
	1	6.485,20	6.971,59	7.652,54	8.917,15	11.349,10

Medida Provisória que libera contratação de professor sem concurso é criticada no 30º Congresso Andes-SN

A iniciativa do Governo Federal de editar, no dia 14 de fevereiro, a Medida Provisória (MP) 525/2011, foi repudiada pelos delegados do 30º Congresso do Sindicato Nacional em moção proposta pela diretoria do Andes-SN. A MP altera a Lei 8.745, que versa sobre a contratação de professores, e estabelece que vagas de profissionais de ensino em novas instituições poderão ser ocupadas por professores temporários, sem a obrigatoriedade da promoção de concursos. O mecanismo também valerá para preencher cargos que ficam descobertos quando docentes assumem vagas de reitor, pró-reitor, vice-reitor ou diretor do campus. Em âmbito nacional,

foram autorizadas 3.591 vagas para professores temporários. Na Ufes, serão 107 vagas.

“A contratação de substitutos da forma como a MP 525 estabelece é uma saída governamental para cobrir a falta dos professores que deveriam ser contratados como efetivos para atender à implantação do Reuni. Além disso, há o agravante de que, provavelmente, as vagas de aposentados e falecidos serão também cobertas por substitutos”, afirmou o 2º vice-presidente do Andes-SN, Ricardo Behr. Ele também avaliou que a contratação de professores substitutos contribui para a precarização do trabalho docente, uma vez que quebra

o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. “Os professores substitutos só trabalham com ensino e ganham menos por que não são contratados com dedicação exclusiva”, reiterou Ricardo.

Na visão do Andes-SN, uma resolução eficaz para o problema relativo à criação de vagas nos quadros permanentes das Ifes, seria a destinação de recursos financeiros e a criação imediata das vagas permanentes necessárias ao pleno funcionamento das Instituições Federais de Ensino.

A moção aprovada no 30º Congresso foi enviada à presidente da República, aos ministros da Casa Civil,

Planejamento e Educação, à presidência do Senado e da Câmara Federal, além das lideranças dos partidos.



Mulheres comemoram 8 de março com atividades de formação e lutas

O Dia Internacional da Mulher foi marcado pela realização da Marcha das Mulheres do Campo e da Cidade, entre os dias 28 de fevereiro e 03 de março, da qual participaram cerca de 250 mulheres de vários movimentos sociais, sindicatos e organizações estudantis. Sob o lema “Mulheres contra a violência e por um Projeto Popular para o Brasil!”, foram realizadas atividades de formação em bairros da Serra e também na Ufes. O encerramento da Marcha ocorreu com uma grande manifestação de mulheres no Palácio Anchieta, no Centro de Vitória.

A Marcha das Mulheres partiu do município da Serra no dia 28/02 e passou pelos bairros de Nova Carapina

e Carapina, onde foram realizados debates sobre “Violência contra a mulher” e “Os impactos do agronegócio na vida das mulheres do campo e da cidade”. Além disso, durante a caminhada, foram distribuídos jornais para a população dos bairros, com o objetivo de apresentar os principais problemas que atingem as mulheres hoje.

Entidades universitárias recebem a Marcha. No dia 02/03, a Marcha das Mulheres chegou à Ufes e contou com o apoio dos segmentos organizados da universidade: Adufes, Sintufes e DCE. As mulheres ficaram alojadas no Clube dos Servidores da Ufes e participaram de uma tarde cultural, chamada “Mulheres que cantam e encantam”, que teve apresenta-



Mulheres marcham em direção ao Palácio Anchieta, no Centro de Vitória.

ções musicais de estudantes universitárias, além de performances teatrais.

Além da atividade cultural, houve um debate no Auditório do IC II sobre “A conjuntura na perspectiva das mulheres”. As professoras Renata Couto, do departamento de Economia da Ufes, e Gilsa Barcelos, do Serviço Social da Emescam, traçaram um panorama da situação feminina nos dias atuais, sobretudo em relação ao mundo do trabalho. Além disso, a diretora de Combate às Opressões do DCE, Lidia Campos, abordou as relações de gênero na universidade.

“A universidade precisa sair dos seus muros e, principalmente, abrir as portas, pois é um espaço de todos”, afirmou Lidia Campos. Ela disse que a igualdade de gênero é uma das prioridades para o movimento estudantil, pois só dessa maneira é possível construir uma educação realmente libertadora, que emancipe e acabe com qualquer tipo de opressão.

De acordo com o presidente da Adufes, José Antônio da Rocha Pinto, o apoio da Adufes à Marcha das Mulheres está de acordo com as resoluções do Andes-SN de integrar a Central Sindical

e Popular – Conlutas. “A Adufes deve participar ativamente de atividades com outros movimentos sociais, além de pautar as questões trabalhistas da categoria”, afirmou Rocha.

Ato no Palácio Anchieta cobra medidas efetivas do Governo estadual. O ato de encerramento da Marcha das Mulheres ocorreu no dia 03/03 e reuniu diversas entidades e movimentos sociais que caminharam da Pracinha de Jucutuquara até o Palácio Anchieta, no Centro de Vitória, onde uma carta de reivindicações das mulheres foi protocolada para o novo governador do Estado. Conforme a integrante do Fórum de Mulheres do Espírito Santo, Ana Lúcia Conceição, o movimento de mulheres quer o compromisso do atual governo em questões como o investimento em políticas públicas de combate à violência contra a mulher. “Os últimos governos não priorizaram as pautas das mulheres e por isso o movimento quer apresentar suas questões e cobrar uma postura mais efetiva do novo governo”, disse Ana Lúcia. A carta protocolada também solicitava uma audiência para tratar do assunto.



Debate sobre conjuntura da vida das mulheres ocorre na Ufes.



Mulheres reivindicam políticas públicas eficazes para o governo do Estado.

Camponesas denunciam contaminação de alimentos por agrotóxicos

Um dos principais problemas enfrentados pelas mulheres do campo e que foi denunciado na Marcha foi a utilização excessiva de agrotóxicos no plantio de alimentos. Estima-se que o brasileiro ingeriu, em média, 3,7 quilos de agrotóxicos, em 2009, a partir dos alimentos que comeu. Essa ingestão pode causar doenças como câncer, infartos, alergias, irritação na pele, doenças mentais e neuronais. Para as mulheres em especial, a ingestão de alimentos com agrotóxicos pode causar má formação dos bebês, aborto e contaminação do leite materno.

Conforme a integrante do Movimento Sem Terra (MST), Edileia Gonçalves de Freitas, o ES é um dos estados onde os agrotóxicos são mais consumidos. “Em diversos municípios do norte do estado, é realizada a pulverização aérea de venenos, a qual já foi proibida em diversos locais do país, pois esse método atinge localidades onde há escolas e moradias de famílias camponesas, bem como rios e fontes de água”, explicou.

A utilização excessiva de agrotóxicos ocorre devido ao modelo agrícola adotado pelo Brasil, o agronegócio, baseado

em plantações em larga escala de monoculturas destinadas à exportação, que utilizam grande quantidade de venenos. “Precisamos que o governo enfrente o agronegócio e realize a reforma agrária, o que possibilitaria uma vida mais digna para os trabalhadores do campo”, defendeu a integrante do MST, Fátima Ribeiro. Ela também lembrou que o Brasil precisa de um novo modelo agrícola, baseado na soberania alimentar e na distribuição de terras. As pequenas propriedades agrícolas produzem a maioria dos alimentos que são consumidos no país e ocupam

2,7% da área total agricultável no Brasil, enquanto as propriedades com mais de 1000 hectares concentram mais de 43% da área total e são destinadas, em grande medida, à monocultura de exportação.

Pautas de reivindicações das mulheres

- reforma agrária popular;
- soberania alimentar;
- redução da jornada de trabalho;
- igualdade de oportunidades;
- autonomia do corpo feminino;
- políticas públicas eficazes para as mulheres.

Ponto de Encontro integra comunidade universitária

O Ponto de Encontro, realizado no dia 18/03, reuniu cerca de 300 pessoas na sede da Adufes, entre professores e convidados, e demais membros da comunidade universitária. Ao som da banda de sambarock Tabacarana, os presentes deram as boas-vindas ao semestre 2011/1.

Para a professora que ingressou recentemente no Departamento de Educação, Ana Carolina Galvão Maciglia, o Ponto de Encontro permitiu que ela tivesse uma dimensão mais ampla da universidade. "Foi a primeira vez que participei do evento e pude conhecer pessoas de outros departamentos. É um

espaço informal para criar vínculos com a universidade", afirmou Ana Carolina.

A comunidade universitária também foi recepcionada pelo Ponto de Encontro. "Gostei muito do evento, pois houve uma socialização entre estudantes e professores, o que é fundamental para a vivência universitária", disse a Diretora de Organização do DCE, Midiã Fraga. Ela também destacou que esse tipo de evento contribui para a vida cultural na Ufes, pois valoriza e promove bandas capixabas.

A previsão é de que o Ponto de Encontro seja uma atividade mensal.



Foto: Comunicação Adufes



Estudantes, professores e familiares divertem-se na primeira edição do ano Ponto de Encontro. À esquerda, Geraldo Rossoni Sisquini, Tesoureiro Geral da Adufes.

EXPEDIENTE

Publicação da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo.

ADUFES - Seção Sindical do Andes - SN
Av. Fernando Ferrari, s/n, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória.ES
CEP 29075-910

Fone: 27. 3335.2717 Fax:27. 3227.3908
www.adufes.org.br
comunicacao@adufes.org.br

José Antônio da Rocha Pinto
presidente

vice-presidente

Geraldo Rossoni Sisquini
tesoureiro geral

Temístocles de Sousa Luz
1º tesoureiro

Ricardo Roberto Behr
secretário geral

Mariane Lima de Souza
1ª secretária

Valter Pires Siqueira
1ª suplente

Edinete Maria Rosa
2ª suplente

3ª suplente

Bernardete Gomes Mian
4ª suplente

Jornalistas Responsáveis:

Giselle Pereira (Mtb 2644)
Luciana Silvestre (Mtb 2210)

Estagiário de Design Gráfico

Gustavo Binda

Tiragem: 3.000 exemplares

NOTÍCIAS DO JURÍDICO

Justiça garante à Adufes a devolução de valores descontados pela Ufes

Embora sabendo que a Adufes é entidade sindical e nessa qualidade não poderia as consignações das contribuições de seus filiados serem processadas de forma facultativa, conforme garante o Decreto 2.605, a Ufes inadvertidamente procedeu, no período de 06/07/1997 a maio de 2001, descontos da entidade a título de ressarcimento de custos.

Tal fato ensejou por parte da Assessoria Jurídica Ação na Justiça Federal, processo nº 2002.50.01.005810-6, cuja vitória da Adufes não cabe mais recurso.

Assim a Assessoria Jurídica da Adufes iniciou os procedimentos com vista ao pagamento dos valores que foram descontados ilegalmente pela Ufes a título de ressarcimento de valores consignados referente à contribuição sindical dos associados. O crédito da Adufes perante a Ufes é de aproximadamente R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Justiça garante a docente o pagamento da URP

A Assessoria Jurídica da Adufes obteve mais uma decisão favorável a docente filiada à Seção Sindical em ação movida em face da Ufes. O servidor foi representado no processo judicial de no. 2010.50.01.005826-7, que tramita na Primeira Vara Federal de Vitória, o qual tem por objeto que a universidade abstenha-se de proceder a qualquer desconto nos vencimentos/proventos do servidor referente à parcela salarial de 26,05% (URP de fevereiro do ano de 1989), que foi incorporado quando exercia suas atividades em outra IFES. O Juiz da vara proferiu sentença favorável ao docente, entendendo que ocorreu no presente caso a decadência do direito da universidade de alterar sua conduta e modificar atos que produziram van-

tagens para o servidor, uma vez que essa IFES somente verificou o pagamento indevido após o decurso legal de 05 (cinco) anos. Assim, até o advento da Lei no. 9.784/99, prevalecia o entendimento de que a Administração Pública poderia anular a qualquer tempo os seus próprios atos quando maculados de vícios. Contudo, o Art. 54 da Lei acima mencionada fixou o prazo decadencial de 05 (anos) para tal tipo de revisão por parte da Administração. Destarte, o ato administrativo de implantação das vantagens relativas à URP (26,05%) ao servidor mantém-se como ato administrativo válido, fazendo ele jus à continuidade do recebimento dessa parcela, eis que verificada, de fato, a decadência. Lembrando que da sentença proferida ainda cabe recurso por parte da UFES.